

Giuseppe Tosi - Rubens Guimarães

DEMOCRACIA & ELITISMO

DOS ANTIGOS E DOS MODERNOS

- E N S A I O S -



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

I UNIDADE: A DEMOCRACIA DOS ANTIGOS: entre mito e realidade.

1. OS PRIMÓRDIOS DO DEBATE SOBRE A DEMOCRACIA: ENTRE ARISTOCRACIA E MONARQUIA

- 1.1. Tércites: a voz do “povo”.
- 1.2. Heródoto: o primeiro debate sobre as formas de governo.

2. OS CRÍTICOS ELITISTAS DA DEMOCRACIA ATENIENSE

- 2.1. Os críticos radicais da democracia e defensores da tirania: Trasímaco e Cálicles
- 2.2. O Pseudo-Xenofonte: a crítica do “velho oligarca” à democracia ateniense
- 2.3. A crítica de Platão à democracia e a defesa de uma aristocracia moral e intelectual

3. OS DEFENSORES DA DEMOCRACIA ATENIENSE

- 3.1. Protágoras e o mito fundador da democracia
- 3.2. Sócrates e a democracia
- 3.3. O discurso de Péricles em defesa da democracia
- 3.4. Aristóteles e a democracia
 - 3.4.1. O homem como ser político por natureza
 - 3.4.2. A dicotomia fundamental na *polis*: *oikos* e *ekklesia*
 - 3.4.3. A teoria das Formas de Governo em Aristóteles
 - 3.4.4. As cinco formas de democracia e a crítica à demagogia
 - 3.4.5. A democracia da “classe média”
 - 3.4.6. O legado do aristotelismo político

4. O DEBATE INTERPRETATIVO

- 4.1. Platão totalitário?
- 4.2. Moses Finley: Atenas: uma democracia direta e participativa.
- 4.3. Luciano Canfora: a desconstrução do “mito” da democracia ateniense. Atenas, o “principado democrático”.
- 4.4. Moses Finley: Roma uma aristocracia militar.
- 4.5. Norbert Rouland: Roma uma república oligárquica e censitária.
- 4.6. Transformações e estabilidade dos regimes políticos: o Governo Misto
- 4.7. Maquiavel republicano: o governo misto e os tumultos

II UNIDADE: A DEMOCRACIA DOS MODERNOS

INTRODUÇÃO

5. A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

6. A TEORIA DAS ELITES

- 6.2. Os elitistas: fundadores da “ciência política”: Pareto, Mosca e Michels
- 6.3. Elite: delimitação do conceito

- 6.4. Gaetano Mosca: a classe política dirigente
- 6.5. Vilfredo Pareto: a elite governante
- 6.6. Robert Michels: a oligarquização dos organismos políticos

7. O ELITISMO DEMOCRÁTICO

- 7.1. A democracia competitiva: Joseph Schumpeter
- 7.2 A democracia pluralista: a Poliarquia de Robert Dahl
- 7.3 A democracia elitista: Norberto Bobbio

8. CONTRA O ELITISMO: DEMOCRACIA PLEBISCITÁRIA E PARTICIPATIVA

- 8.1. A democracia plebiscitária: Rousseau
- 8.2. A democracia participativa
- 8.3. A democracia como forma mista de governo

9. O DEBATE INTERPRETATIVO

- 9.1 A democracia dos antigos e dos modernos segundo Bobbio
- 9.2 Gramsci e o elitismo de esquerda
- 9.3 Rousseau. A farsa da representação política: Milton Meira Nascimento

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

Democracia é um conceito tão gasto pelo uso intensivo e pela polissemia de significados, e ao mesmo tempo tão essencial para a teoria e a prática política contemporânea, que merece ser continuamente revisitado e reinterpretado.

É o que é queremos fazer neste livro, levantando algumas questões e confrontando teorias distintas sobre a democracia, sem nenhuma pretensão de completude. O nosso objetivo não é abranger toda a discussão sobre a democracia, mas restringir-se ao debate entre democracia e elitismo.

Conforme discurso de Abraham Lincoln em Gettysburg, em 1861, a definição mais comum de democracia é: “governo do povo” (porque todos os cidadãos podem votar e serem votados através do sufrágio universal), “pelo povo” (porque os cidadãos podem concorrer aos cargos públicos e exercer algum tipo de participação e de controle na gestão da coisa pública) e “para o povo” (porque o povo é o destinatário e beneficiário final de todas as ações do governo).

A teoria das elites, na sua formulação mais radical, afirma exatamente o contrário, ou seja, que toda forma de governo é uma oligarquia ou aristocracia, mas nunca uma democracia: nunca é o povo que governa, mas sempre uma elite. O governo é substancialmente o exercício da dominação de uma minoria sobre uma maioria.

Nossa hipótese central de trabalho é que é possível um compromisso entre a teoria democrática e a elitista, através do chamado elitismo democrático, que acolhe

elementos das duas teorias e promove uma síntese. Nessa perspectiva, a democracia, realisticamente, não é o “governo do povo, pelo povo, e para o povo”, mas o governo das elites pela disputa entre si do consenso popular, para alcançar o poder.

O que não significa negar a possibilidade de uma participação popular se esta é entendida não como alternativa à democracia representativa, mas como seu necessário complemento.

Essa tese se desenvolve por meio de uma história dos principais conceitos em disputa: povo, elite, governo, cidadania, democracia representativa, direta, plebiscitária, participativa, que mudam conforme os diferentes contextos históricos, políticos, econômicos e sociais.

A descrição de Lincoln, devido ao caráter genérico e à indefinição dos conceitos, corresponde à democracia ideal. Sobre esses pressupostos fundamenta-se a retórica que dá sustentação ao arcabouço jurídico e político de justificação da democracia. O elitismo democrático, ao contrário, se refere à democracia como é realisticamente, e não como deveria ser idealmente; embora a teoria elitista não seja meramente descritiva como pretendem os seus autores, mas também prescritiva.

A análise histórica do conceito mostra que durante a maior parte da história do Ocidente, a democracia foi considerada uma forma degenerada de governo e só recentemente, na modernidade, a palavra adquiriu um sentido positivo, como melhor sistema de governo.

O que permeia a marcha da democracia, apesar dos reveses - desde os primeiros reformistas da antiga Atenas com um tipo de democracia exclusivista, até sua versão contemporânea que Jacques Rancière define como “o reino dos desejos ilimitados dos indivíduos da sociedade de massa moderna”¹ - é a noção de liberdade e igualdade que ela encerra, como já afirmava Aristóteles:

A primeira espécie de democracia é a que se determina principalmente em função da igualdade. Ora a lei de tal espécie de democracia confirma a igualdade: nem os ricos nem os pobres são superiores uns aos outros, nem qualquer um deles tem domínio do governo mais do que os outros, mas ambos são semelhantes. Nesse sentido, se a liberdade é condição preponderante na democracia – como de resto há quem o admita – tal como o é a igualdade, então estes dois princípios serão mais poderosos quando todos os cidadãos, sem exceção participassem verdadeiramente da vida da cidade, na maior medida possível. Ora, como é o povo que possui a maioria, e dado que a decisão da maioria é suprema, é necessário que esta seja uma democracia. (*Política*, 1291b 30-40)².

Assim, mesmo com todas as suas controvérsias e contradições, a democracia continua sendo o Norte para todos os que a desfrutam e para os que sonham em desfrutar da liberdade e da igualdade possíveis dentro de suas nações.

Um dos aspectos que corroboram para a má fama da democracia, principalmente no que se refere à sua versão moderna, é a noção de que ela é somente

¹ RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 8.

² Para o texto de *Política* utilizamos: ARISTÓTELES, *Política*, tradução, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Brasília: UNB, 1997 e ARISTÓTELES, *Política*. Edição Bilingue. Tradução e notas de António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa: VEGA, 1998; ARISTÓTELES, *Política*, a cura de Carlo Augusto Viano, Milano: BUR (testo greco a fronte), 2008. O texto grego utilizado é o de ROSS, W.D., *Aristotelis Politica*, Oxonii, e Typographeo Claredoniano, 1957. A tradução é feita cotejando os três textos com modificações dos autores quando necessário.

procedimentalista, unicamente fundamentada em regras e normas: as regras do jogo. Mas, para alcançar o pleno exercício da democracia é fundamental compreendê-la como uma “visão de mundo”, uma “circunstância”, como diria Ortega y Gasset, um tipo de imperativo moral. Por isso é necessário que esteja introjetada na consciência de cada cidadão, tornando-se assim uma opção individual, racional.

Cada um dos participantes de um Estado democrático precisa, além de fazer parte dos espaços políticos, basear em “valores democráticos” suas relações no interior da sociedade, buscar o “espírito democrático”. Um espírito que respeite a vontade da maioria, mas que proteja os direitos básicos e fundamentais das minorias, que defenda, antes de tudo, a liberdade e reconheça e respeite de forma igualitária, as diferenças. Esse “espírito”, incutido nas consciências como um imperativo, dificultaria o surgimento de formas demagógicas, totalitárias ou ditatórias de governo.

A democracia, enquanto regime político, não é perfeita e infalível, ao contrário ela é eivada de falhas: quem dela faz parte, sejam os cidadãos politicamente ativos ou os que se alienam, seja os que a defendem ou os que claramente ou sub-repticiamente a atacam, seja os representantes ou os representados, enfim, todos a reconhecem como falível. Neste sentido, a democracia se mostra imperfeita, e perenemente inacabada, pois é à medida que *está sendo*, sempre pode ser melhorada e adaptada e, desde que conserve os seus valores fundacionais, continuará sendo reconhecida como a melhor forma de viver em sociedade, ao menos nas sociedades ocidentais.

Tese esta que, até pouco tempo, era quase um consenso universal, e que hoje está seriamente ameaçada pela crise mundial da democracia liberal e o surgimento dos populismos, que é o nome moderno para a forma desviada de democracia que os antigos chamavam de demagogia. Aliás, este é outro tema comum à democracia dos antigos e dos modernos: também a democracia antiga era susceptível de cair na demagogia, da mesma forma que a democracia moderna. A diferença entre as duas formas de governo é sutil, assim como a diferença entre monarquia e tirania, aristocracia e oligarquia: os sistemas e as formas de governo não são nem puros nem estáveis, mas em contínua transformação. Na tentativa de contornar este ciclo perene foi proposta a forma mista de governo como um compromisso, sempre instável, entre diferentes formas de governo e regimes políticos. No decorrer do trabalho abordaremos as concepções dos antigos e dos modernos com relação ao “governo misto”, não como panaceia, mas como possível solução “realista” aos dilemas da democracia.

No decorrer do texto, trabalhando alguns aspectos históricos conceituais da democracia, buscaremos demonstrar como o elemento elitista, antes chamado de aristocrático ou oligárquico, esteve presente no seio deste que nasce em Atenas como o governo da maioria. O pressuposto básico dos teóricos elitistas é de que em todo e qualquer organismo político, uma minoria detém o poder e comanda a maioria. Este pressuposto esteve presente desde o início da história da democracia, nos adverte Luciano Canfora, que identifica (conforme Tucídides) a Atenas clássica como um tipo de “principado” e não uma democracia durante o governo de Péricles.

A democracia dos antigos.

Abrimos a nossa exposição com a democracia dos antigos, começando pelos primórdios da democracia, originalmente chamada de *isonomia*, antes do período clássico da sua afirmação histórica em Atenas. Prosseguimos através do debate entre posições diferentes: as críticas radicais à democracia levantadas pelos sofistas Trasímaco

e Cálicles; a crítica do Pseudo-Xenofonte à democracia ateniense; as críticas de Platão, em *A República* e no *Político* e a sua opção por uma aristocracia intelectual e moral dos “guardiões” filósofos; a defesa da democracia, feita por Protágoras, através do “mito fundador”, exposto no homônimo diálogo de Platão; a posição de Sócrates que interpretamos como fiel à democracia ateniense, e o discurso de Péricles em defesa da democracia; a concepção política de Aristóteles, salientando as afinidades e, sobretudo, as diferenças em relação a Platão. Apesar de o filósofo considerar a democracia uma forma desviada de governo, a sua postura não é uma crítica à democracia, mas à demagogia, sendo bem mais favorável àquela do que o mestre Platão.

Em seguida, procedemos à exposição do debate interpretativo sobre alguns temas centrais. Inicialmente, sobre o suposto *totalitarismo* de Platão, a partir do debate levantado por Karl Popper, na sua polêmica obra *A sociedade aberta e seus inimigos*, utilizando o livro de Mario Vegetti sobre as diferentes interpretações que o pensamento político de Platão teve da Antiguidade até hoje.

Na sequência, discutimos se a democracia ateniense foi um mito ou uma realidade, utilizando dois grandes intérpretes da história antiga com leituras antagônicas: Moses Finley, defensor da democracia ateniense como verdadeira democracia direta e participativa, e contrário a uma interpretação elitista; e Luciano Canfora, que propõe uma leitura elitista; segundo a qual, a aristocracia ateniense, diferentemente das de outras cidades, aceitou o desafio de governar *com* o povo e não *contra* o povo, apesar do seu desprezo por ele.

Dedicamos também um olhar a outra grande experiência de cidade-estado, a República Romana, acolhendo a tese de Moses Finley e de Norbert Rouland, segundo a qual Roma não foi uma democracia, mas uma aristocracia latifundiária, centrada no poder do Senado. Dedicamos também a nossa atenção ao tema do governo misto como elemento de longevidade e estabilidade em Platão, Aristóteles e Políbio; este último tendo como exemplo Roma que reúne elementos da monarquia (o Cônsul), da aristocracia (o Senado) e da democracia (o Tribuno da Plebe).

Essa tese é também recepcionada por Maquiavel, nos *Discorsi sulla Prima Decada di Tito Livio*, nos quais elogia a estabilidade de Roma, porém com uma importante novidade: ele considera que a grandeza de Roma se deve aos “tumultos”, que permitiram aos plebeus fazer sentir a sua voz e as suas reivindicações contra os *optimates*, inaugurando, assim, a leitura positiva dos conflitos sociais e do papel exercido pela *multidão*.

O Maquiavel republicano faz, assim, uma ponte com a concepção moderna de democracia, que vai reelaborar os temas e as questões herdadas da democracia antiga.

A democracia dos modernos.

Na segunda parte do trabalho analisamos algumas das formas de democracia dos modernos: representativa, elitista, plebiscitária e participativa.

Começamos nossa análise com os “elitistas clássicos” (Pareto, Mosca e Michels) que fundamentam a análise política em bases maquiaveliana, e na dicotomia entre realismo e idealismo político. O fundamento básico da teoria das elites, posto principalmente por Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, indica que a democracia, desde o seu surgimento, não é um governo da maioria, como somos levados a crer tanto no que se refere à sua história quanto à origem etimológica do conceito. A democracia é antes o governo da minoria que governa em nome da maioria; é um sistema de governo muito

complexo e, até certo ponto, contraditório. Neste sentido, defendermos a tese de que a melhor forma de democracia é a forma mista, onde convivem elementos de elitismo e de participação popular.

Acolheremos, assim, uma definição realista de democracia apresentada por autores como Weber, Schumpeter, Dahl, Kelsen, e Bobbio, segundo os quais a democracia não é o governo do povo, mas da competição entre elites (políticas, econômicas, sociais, culturais), com vistas à disputa do consenso popular.

Em relação ao debate interpretativo, comentaremos a reflexão de Bobbio sobre as características principais da democracia dos antigos e dos modernos, ou seja, representação e individualismo, ao contrário da democracia direta e organicista dos antigos. Levantaremos alguns questionamentos a respeito dessa tese.

Em relação ao elitismo, defenderemos a tese de que ele não foi exclusivamente uma ideologia de direita, tendo influenciado também a esquerda – a exemplo da concepção leninista da vanguarda revolucionária –, como também a teoria gramsciana dos intelectuais orgânicos, do partido como moderno príncipe, cuja função é elevar o proletariado à compreensão do seu papel histórico-revolucionário.

Concluimos o debate interpretativo dedicando um ensaio ao pensamento político de um autor central para o nosso debate: J. J. Rousseau, utilizando o livro de Milton Meira Nascimento sobre *A farsa da representação política*, que defende a tese exatamente oposta à nossa, retomando e atualizando a crítica radical de Rousseau à representação.

A comparação entre a democracia dos antigos e dos modernos foi um dos eixos centrais da nossa discussão: mostramos os elementos de divergência entre as duas formas de democracia, mas também os de convergência, que talvez sejam mais relevantes. Os argumentos que diferenciam a democracia na Antiguidade e na Modernidade se resumem em grande parte no caráter direto e na cidadania restrita da democracia dos antigos e no caráter representativo e na cidadania ampliada dos modernos. Contudo, no interior deste debate alguns pensadores contemporâneos acrescentam que ela não era somente direta, mas também representativa, até o ponto que, como nos chama a atenção Gaetano Mosca, ela não passava de uma “uma aristocracia com uma maior amplitude de membros”.

Essa questão nos guiará, nos provocará desde a narrativa de Homero, Heródoto e Tucídides, passando pelos reformistas atenienses e pela crítica socrática, platônica e aristotélica, usando como ponte os argumentos de Luciano Canfora para chegar aos elitistas, primeiro os clássicos, depois os democráticos. Não se trata de enumerar as críticas à democracia, mas de demonstrar que a democracia permanece enquanto ideal de governo justo, e que a sua forma efetiva não dispensa a ideia de uma minoria governante.

Neste ponto é importante lembrar que a investigação filosófica precisa conservar, antes de tudo, o seu caráter cético. Essa lembrança nos coloca alerta a respeito da polissemia interpretativa no uso do conceito de “democracia” e, nos damos conta que esquivar-se da tendência de uma visão homogênea é um esforço empreendido na escolha de cada autor, a cada linha escrita, a cada leitura empreendida e principalmente, a cada introdução e conclusão.

O livro é uma sistematização, aprofundamento e ampliação das aulas ministradas pelo professor Giuseppe Tosi nos últimos anos, na graduação e na pós-graduação, junto ao Programa de Pós-graduação em Filosofia e ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da UFPB; e dos debates promovidos no Grupo

de Pesquisa do CNPq de “Teoria e História dos Direitos Humanos e da Democracia”, vinculado ao Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos do CCHLA – UFPB. Soma-se e integra-se a isso o texto adaptado e atualizado da dissertação de mestrado em Filosofia de Rubens César Guimarães, que trata da relação entre elitismo e democracia.

O livro tem um caráter didático e é destinado, sobretudo, a um público universitário de estudantes, professores e pesquisadores da filosofia política e das áreas afins. O objetivo é debater de maneira clara os temas, sem a pretensão de exaurir os assuntos nem de escrever um tratado. Alguns temas são mais aprofundados, enquanto outros não constituem mais do que um roteiro para pesquisas ulteriores. Disso deriva o seu caráter ensaístico.

A metodologia utilizada compõe-se de uma pesquisa bibliográfica com citações e referências, as mais diretas possíveis, das obras dos autores clássicos. Segue um debate interpretativo, recorrendo a fontes indiretas e comentadores, com um enfoque de filosofia política.

O leitor vai perceber a influência, explícita ou implícita, do filósofo italiano do direito e da política Norberto Bobbio (1909–2004), com algum distanciamento crítico e do pensamento de um interlocutor de Bobbio e defensor de uma visão realista da democracia, o amigo e mestre Danilo Zolo a quem o livro é dedicado.